

EDUCAÇÃO

# Grupo pode propor nova lei para os jornalistas

RIO  
AGÊNCIA ESTADO

Uma nova legislação para o exercício da profissão de jornalista poderá ser proposta pela Comissão Provisória de Assuntos Constitucionais. Mas — para alguns dos membros da comissão — não deverá ser rígida, evitando que o diploma de nível superior seja o único instrumento para acesso à carreira, nem que haja o amadorismo que havia no passado, hoje incompatível com a evolução tecnológica e industrial da imprensa brasileira. A comissão procura, assim — como reconheceu o ex-ministro Eduardo Portella — um modelo de legislação compatível com a realidade da imprensa, nos dias atuais e a do futuro, em que "já não há mais lugar para o jornalista especializado em generalidades".

Um dos defensores da mudança da legislação e membro da comissão, o procurador-geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence, afirma que "a exigência de habilitação acadêmica não deve ser rígida, para uma atividade que é, sobretudo, forma de exercício da liberdade de manifestação do pensamento. Não vejo como fechar a imprensa à comunicação de qualquer pessoa, independentemente de uma habilitação técnica específica".

**RÁDIO E TV**  
Para Sepúlveda Pertence, o que não pode haver é uma "vedação de acesso do cidadão aos meios de comunicação e informação, como forma de liberdade de pensamento". Isto, segundo ele, poderia comprometer a liberdade de manifestação.

Com relação à prerrogativa que hoje o Executivo, através do Ministério da Justiça, tem de suspender uma concessão de rádio ou televisão, ou mesmo cassar o canal, o procurador-geral da República disse que "é preciso democratizar, de fato, o controle feito pelo poder Executivo".

Sepúlveda Pertence disse que hoje injunções políticas podem levar o governo a suspender ou cassar um canal

de rádio ou de televisão, "e para evitar que isso ocorra, o controle do Judiciário é que deve ser facultado". A mesma opinião tem o consultor-geral da República, Saulo Ramos: a faculdade de suspender ou cassar um canal de emissora de rádio ou televisão deve ser do poder Judiciário, e não do Executivo. O apoio à tese não se limita, porém, aos dois juristas, tendo amplo apoio na Comissão Provisória de Assuntos Constitucionais.

O presidente da comissão, Afonso Arinos, também destacou a importância de haver uma preparação técnica adequada para o exercício da profissão de jornalista, "e a faculdade, voltando-se para generalidades, às vezes não assegura uma base adequada".

O jurista Clóvis Ramalheira — que exerceu a profissão de jornalista no antigo *Diário Carioca*, disse na reunião da ABI que talvez fosse uma solução adotar para os jornalistas o "exame de ordem, como existe na Ordem dos Músicos, quando se verifica se o candidato a carreira é ou não habilitado".

**PEDIDO A FUNARO**  
O presidente da Comissão Provisória de Assuntos Constitucionais, Afonso Arinos, pediu ontem a colaboração da equipe do ministro da Fazenda, Dilson Funaro, durante a visita que o ministro fez aos membros do grupo.

Outro ministro, o do Planejamento, João Sayad, também visitou os membros da Comissão Constitucional, e foi saudado pelo professor Afonso Arinos. Sayad informou que está sendo preparado um trabalho que deverá ser encaminhado à comissão.

O diretor do Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), Walter Barelli, defendeu a estabilidade do emprego durante o período da vigência do congelamento dos salários e tabelamento de preços. A Comissão Constitucional voltará a se reunir dias 5, 6 e 7 deste mês. Está sendo esperada a presença de dois membros que não participaram das últimas sessões: Paulo Brossard e Antônio Ermírio de Moraes.

## "Seleção se faz pelo talento"

AGÊNCIA ESTADO

"O jornalismo é vocação, é veia, é garra." Foi assim que o dono do *Jornal do Estado*, de Curitiba, Roberto Barrozo, justificou ontem por que é contra a obrigatoriedade do curso de jornalismo para o exercício da profissão. "Por isso — acrescentou — a seleção se faz pelo talento e não pelo diploma. Filho de jornalista que também não cursou a faculdade, Barrozo também não possui o diploma e é pai de um colunista social que também não frequentou o curso de jornalismo. Ele explica, porém, que emprega no seu jornal profissionais "com diploma e sem talento", e defende por isso a não-exigência do curso superior de Comunicação Social para o exercício da profissão.

O redator-chefe do *Correio de Notícias*, também do Paraná, Mussa José de Assis, considera "ótima" a proposta que será discutida pela Comissão Constituinte. "Antes do diploma, o jornalista precisa de talento, como um um artista, um músico, um pintor", disse. Segundo ele, o fim da exigência do diploma "não representará o fim do curso de jornalismo, já que se o curso for bom, quem o frequentar terá mais chances de obter trabalho".

O diretor dos jornais *Estado de Minas* e *Diário da Tarde*, Pedro Aguiar Fulgêncio, é contra também a obrigatoriedade do curso de jornalismo. Ele afirma que está na profissão há 50 anos e "numerosos dos melhores profissionais de imprensa não necessitaram de curso especializado". E acrescentou: "A melhor escola é mesmo a redação".

### CONTRA

Mas o presidente do Sindicato dos Jornalistas do Paraná, Desidério Peron, não concorda com o fim da exigência do diploma: "A profissão de jornalista é uma responsabilidade social tremenda. Então, não pode ser relegada a pessoas que não têm formação para exercê-la". Peron destaca que a questão "não cabe na Constituição, que deveria regular as demais profissões também, se fosse o caso". E acrescentou: "Os constituintes devem saber distinguir o interesse patronal do profissional e não podem camuflar o debate sobre a melhoria do ensino. Se negarmos a necessidade do ensino, estaremos regredindo à mediocridade".

Já o presidente do Sindicato dos Jornalistas de Minas Gerais, Manoel Guimarães, afirmou ontem em *Belo Horizonte*, que a tentativa de acabar com a obrigatoriedade do diploma é uma estratégia das empresas jornalísticas para forçar uma negociação em torno do piso salarial. Ele lembrou que a instituição do piso já foi aprovada pela Câmara e tem muitas chances de aprovação no Senado.

O diretor do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais, Márcio Lima, preferiu ironizar: "Não existe gênio que não possa ter um mínimo de disciplina para cursar quatro anos de escola". Para ele, a universidade não só forma para uma profissão, mas "é rica a sua lição política". E acrescentou: "As vocações só têm a ganhar com a formação universitária".

O diretor do sindicato de Pernambuco, Carlos Cavalcanti, disse em Recife que a Constituinte "não é o foro mais adequado para se debater esse assunto, que deveria ser discutido antes entre os próprios jornalistas". E em Campinas, a Delegacia Seccional do sindicato vai realizar na próxima semana uma consulta para levantar qual é a posição da categoria em relação à proposta de extinção da obrigatoriedade do diploma de jornalista. Pretende-se ter uma amostragem das posições de todos os profissionais, diplomados ou não.

## Profissionais contra exigência de diploma

Os jornalistas responsáveis pelos principais veículos de comunicação do eixo Rio-São Paulo receberam com entusiasmo a proposta de extinção da obrigatoriedade do curso superior de Comunicações para o exercício da profissão de jornalista, que deverá ser submetida à análise da Comissão Provisória de Assuntos Constitucionais e levada a plenário até o fim do mês.

"É uma esperança que se abre para o jornalista de se voltar à sua vocação ecumênica e universal, fazendo cair essa reserva de mercado, inspirada muito mais no espírito cooperativista, sempre bem acolhido por regimes ditatoriais e no interesse comercial das faculdades de Comunicações que brotaram mais preocupadas com o 'balcão' do que com o ensino", disse o diretor de redação do *Jornal O Globo*, Evandro Carlos de Andrade.

O jornalista Boris Casoy, ex-editor responsável e membro do Conselho Editorial da *Folha de S. Paulo*, ressaltou que foi um dos primeiros a defender esta proposta, em artigo publicado na revista *Veja*, sob o título "Um atentado à cultura". Casoy lembra que, na ocasião, comparou a exigência do diploma do curso de Comunicações para jornalistas "ao absurdo do surgimento de uma proposta, através dos escritores de livros a se graduarem em uma faculdade de Bibliografia". E revelou que, agora, para sua surpresa, o deputado Freitas Nobre, do PMDB, apresentou "um projeto prevendo uma coisa parecida".

Ele acredita que o profissional de imprensa precisa ter uma formação universitária, mas não exatamente na área de Comunicações: "Ele poderia obter conhecimentos jornalísticos, através de um curso de pós-graduação". Mas, qualquer mudança neste sentido, segundo Casoy, deve ser precedida de uma discussão envolvendo todos os interessados: jornalistas, empresas de comunicação e seus clientes, bem como a sociedade.

O diretor-presidente do *Jornal do Brasil*, Manoel Francisco do Nascimento Brito, também é favorável ao ensino de jornalismo a nível de pós-graduação "aberto a qualquer um que tenha curso superior" e à extinção das escolas de Comunicações. Já o redator-chefe Fer-

nando Pedreira argumenta que tais escolas poderiam continuar funcionando desde que fosse extinta a obrigatoriedade do diploma para o exercício profissional.

O diretor do departamento de jornalismo da *Rede Globo*, Armando Nogueira, admite que ainda não aventou a hipótese da necessidade da criação de um curso de pós-graduação de jornalismo: "A técnica jornalística é uma coisa que se aprende em 15 minutos. É só aprender aquelas questões de onde, como, quando, quem, porque". Antes de dominar a técnica, o jornalista — para Armando Nogueira — deve escrever bem e "ter um grau de erudição e curiosidade intelectual". Por isso, acredita que "um bom médico, engenheiro, advogado pode ser um bom jornalista".

O editor-chefe de *O Estado*, Miguel Jorge, além de aprovar a proposta de extinção da obrigatoriedade do curso universitário para jornalistas, porque "diploma não significa competência", acha que a profissão deveria ser aberta a todos: "Entendo que a pessoa não precisa ter nenhum curso. Ela exerceria a profissão por uma vocação, que seria desenvolvida nas redações".

Após afirmar que "as escolas de jornalismo não ensinam nada", Miguel Jorge disse que a obrigatoriedade do curso de Comunicações para jornalistas foi determinada por "um decreto-lei fascista", baixado durante a "ditadura de Geisel". E ressaltou que "nunca os segmentos da sociedade, que lutaram contra o entulho autoritário, se lembraram de pedir o fim desta lei".

O editor-chefe da *Folha de Tarde*, Carlos Brickmann, foi mais além: ele se manifestou contra o princípio de regulamentação de qualquer profissão, com exceção daquelas que possam causar danos físicos, como médicos e engenheiros. "Já o advogado e o arquiteto devem exercer a profissão livremente, desde que informem ao público se são formados ou se são práticos." Brickmann critica o argumento básico daqueles que defendem a obrigatoriedade do diploma, como forma de proteger o mercado de trabalho, dizendo que "o primordial é o direito à informação. E não se pode limitar esse direito a uma corporação".

## Jornalista na presidência do CIEE

Com o objetivo de tornar o Centro de Integração Empresa-Escola cada vez maior e melhor, o jornalista Júlio César Ferreira de Mesquita, diretor de redação de *O Estado*, assumiu ontem a presidência do Conselho Deliberante e Diretivo do CIEE, uma instituição que somente no ano passado destinou Cz\$ 139 milhões para bolsas-auxílio a estudantes secundaristas e universitários em todo o País. Para 86 a previsão é de Cz\$ 378 milhões.

A cerimônia de posse da diretoria do Conselho Deliberante e também do Conselho Fiscal, para os próximos dois anos, foi na nova sede da entidade, na rua Vieira de Carvalho, e contou com a presença de membros da diretoria executiva. A presidência era exercida por Herbert Levy Filho.

Destacando que pretende atuar "com a mesma hardy e o mesmo empenho" mostrados por Herbert Levy Filho, Júlio César Ferreira de Mesquita adiantou algumas de suas metas para os dois anos de gestão. Pretende, inicialmente, conseguir a adesão de empresários — entre 100 e 120 — a fim de que eles coloquem suas empresas à disposição de estudantes para realização de estágios, a atividade básica do CIEE. Seus objetivos incluem ainda a

intensificação dos programas de orientação vocacional. "Hoje os alunos não têm a menor idéia sobre suas profissões, nem nas escolas e muito menos nas universidades", reconheceu o novo presidente.

O Conselho Deliberante e Dire-

tivo, presidido por Júlio César, tem como vice-presidente Sílvio Tuma Salomão, como diretores financeiros Pedro Luiz de Toledo Piza e Geraldo de Figueiredo Forbes, e diretores-secretários João Carlos Di Genio e Fernando Luiz Vieira de Mello.



Júlio César Ferreira de Mesquita tomou posse